

JURISPRUDÊNCIA DE CONCORRÊNCIA
DA UNIÃO EUROPEIA – DE JULHO
A DEZEMBRO DE 2022

Elaborado por Ricardo Bayão Horta

Abuso de posição dominante

Acórdão do Tribunal de Justiça de 27 de outubro de 2022, proferido no âmbito do Processo C-721/20; ECLI:EU:C:2022:288

Partes: DB Station & Service/ODEG Ostdeutsche Eisenbahn GmbH

Descritores: Reenvio prejudicial – Transportes ferroviários – Artigo 102.º do TFUE – Abuso de posição dominante – Diretiva 2001/14/CE – Acesso à infraestrutura ferroviária – Artigo 30.º – Entidade reguladora do setor ferroviário – Fiscalização das taxas de utilização da infraestrutura – Órgãos jurisdicionais nacionais – Fiscalização das taxas de utilização à luz do direito da concorrência – Repartição das competências entre a autoridade reguladora e os órgãos jurisdicionais nacionais

Acórdão do Tribunal Geral de 14 de setembro de 2022, proferido no âmbito do Processo T-604/18; ECLI:EU:T:2022:541

Partes: Google e Alphabet/Comissão Europeia

Descritores: Concorrência – Abuso de posição dominante – Aparelhos móveis inteligentes – Decisão que declara uma infração ao artigo 102.º do TFUE e ao artigo 54.º do Acordo EEE – Conceitos de plataforma e de mercado multiface («ecosistema») – Sistema de exploração (Google Android) – Plataforma de distribuição de aplicações (Play Store) – Aplicações de busca e de navegação (Google Search e Chrome) – Acordos com os fabricantes de aparelhos e os operadores de redes móveis – Infração única e continuada – Conceitos de plano de conjunto e de comportamentos no âmbito da mesma infração (grupos de produtos, pagamentos de exclusividade e obrigações antifragmentação) – Efeitos de exclusão – Direitos de defesa – Competência de plena jurisdição

Acordos, decisões de associações de empresas e práticas concertadas

Acórdão do Tribunal Geral de 7 de dezembro de 2022, proferido no âmbito do Processo T-130/21; ECLI:EU:T:2022:778

Partes: CCPL e o./Comissão Europeia

Descritores: Concorrência – Acordos, decisões e práticas concertadas – Embalagens de géneros alimentícios a retalho – Decisão que modifica o montante de uma coima – Modalidades de cálculo da coima – Imputabilidade do comportamento ilícito – Orientações para o cálculo do montante das coimas de 2006 – Valor máximo da coima – Proporcionalidade – Igualdade de tratamento – Capacidade contributiva

Acórdão do Tribunal de Justiça de 10 de novembro de 2022, proferido no âmbito do Processo C-385/21; ECLI:EU:C:2022:866

Partes: Zenith Media Communications/Consiliul Concurenței

Descritores: Reenvio prejudicial – Concorrência – Acordos, decisões e práticas concertadas – Artigo 101.º do TFUE – Sanção aplicada pela autoridade nacional da concorrência – Determinação do montante da coima – Tomada em conta do volume de negócios inscrito na conta de ganhos e perdas – Pedido destinado a que a autoridade nacional da concorrência tenha em conta um volume de negócios diferente – Recusa por parte da autoridade da concorrência – Situação económica real da empresa em causa – Princípio da proporcionalidade

Acórdão do Tribunal de Justiça de 10 de novembro de 2022, proferido no âmbito do Processo C-163/21; ECLI:EU:C:2022:863

Partes: PACCAR e o/Consiliul Concurenței

Descritores: Reenvio prejudicial – Concorrência – Reparação dos danos causados por uma prática proibida pelo artigo 101.º, n.º 1 do TFUE – Acordos de colusão sobre a fixação dos preços brutos dos camiões no Espaço Económico Europeu (EEE) – Diretiva 2014/104/UE – Regras que regem as ações de indemnização de direito nacional por violação das disposições de direito da concorrência dos Estados-Membros e da União Europeia – Artigo 22.º, n.º 2 – Aplicabilidade *ratione temporis* – Artigo 5.º, n.º 1, primeiro parágrafo – Conceito de provas relevantes que estão sob o controlo do demandado ou de um terceiro – Artigo 5.º, n.º 2 – Divulgação de certos elementos de prova ou de categorias relevantes de elementos de prova com base em factos razoavelmente disponíveis – Artigo 5.º, n.º 3

– Exame da proporcionalidade do pedido de divulgação de elementos de prova – Ponderação dos interesses legítimos das partes e dos terceiros – Alcance das obrigações resultantes das referidas disposições

Acórdão do Tribunal de Justiça de 7 de julho de 2022, proferido no âmbito do Processo C-261/21; ECLI:EU:C:2022:534

Partes: F. Hoffmann-La Roche e o./Autorità Garante della Concorrenza e del Mercato

Descritores: Reenvio prejudicial – Artigo 19.º, n.º 1, segundo parágrafo do TUE – Obrigação de os Estados-Membros estabelecerem vias de recurso necessárias para assegurar uma tutela jurisdicional efetiva nos domínios abrangidos pelo direito da União – Artigo 267.º do TFUE – Obrigação de o órgão jurisdicional de reenvio dar pleno efeito à interpretação do direito da União dada pelo Tribunal de Justiça – Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia – Artigo 47.º – Acesso a um tribunal independente e imparcial previamente estabelecido por lei – Acórdão de um órgão jurisdicional nacional que decide em última instância após decisão prejudicial do Tribunal de Justiça – Pretensa falta de conformidade desse acórdão com a interpretação do direito da União dada pelo Tribunal de Justiça – Regulação nacional que impede a interposição de um recurso de revisão do referido acórdão

Acórdão do Tribunal Geral de 23 de novembro de 2022, proferido no âmbito do Processo T-275/20; ECLI:EU:T:2022:723

Partes: Westfälische Drahtindustrie e o./Comissão Europeia

Descritores: Recurso de anulação com pedido de indemnização – Concorrência – Acordos, decisões e práticas concertadas – Mercado europeu do aço para pré-esforço – Decisão que declara uma infração ao artigo 101.º do TFUE e ao artigo 53.º do Acordo EEE – Suspensão da obrigação de constituir uma garantia bancária – Fracionamento dos pagamentos efetuados a título provisório – Acórdão que anula parcialmente a decisão e fixa uma coima de um montante idêntico ao da coima inicialmente aplicada – Imputação dos pagamentos efetuados a título provisório – Juros de mora – Artigo 266.º, primeiro parágrafo do TFUE – Enriquecimento sem causa – Violação suficientemente caracterizada de uma norma jurídica que confere direitos aos particulares – Repetição do indevido – Falta de base jurídica – Ilegalidade

Acórdão do Tribunal de Justiça de 1 de agosto de 2022, proferido no âmbito do Processo C-588/20; ECLI:EU:C:2022:607

Partes: Landkreis Northeim/Daimler AG

Descritores: Reenvio prejudicial – Concorrência – Acordos, decisões e práticas concertadas – Artigo 101.º do TFUE – Ações de indemnização por infração às disposições do direito da concorrência da União – Decisão da Comissão Europeia que declara uma infração – Procedimento de transação – Produtos abrangidos pela infração – Camiões especiais – Camiões de lixo doméstico

Acórdão do Tribunal Geral de 9 de novembro de 2022, proferido no âmbito do Processo T-667/19; ECLI:EU:T:2022:692

Partes: Ferriere Nord SpA/Comissão Europeia

Descritores: Concorrência – Acordos, decisões e práticas concertadas – Mercado dos varões para betão – Decisão que constata uma infração ao artigo 65.º CA, depois do fim da vigência do Tratado CECA, ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1/2003 – Fixação dos preços – Limitação e controlo da produção ou das vendas – Decisão tomada na sequência da anulação de decisões anteriores – Realização de uma nova audição na presença das autoridades da concorrência dos Estados Membros – Direitos de defesa – Princípio da boa administração – Prazo razoável – Dever de fundamentação – Proporcionalidade – Princípio non bis in idem – Exceção de ilegalidade – Prova da participação no acordo – Circunstâncias agravantes – Reincidência – Circunstâncias atenuantes – Igualdade de tratamento – Competência de plena jurisdição

Acórdão do Tribunal Geral de 9 de novembro de 2022, proferido no âmbito do Processo T-655/19; ECLI:EU:T:2022:689

Partes: Ferriera Valsabbia Spa e o./Comissão Europeia

Descritores: Concorrência – Acordos, decisões e práticas concertadas – Mercado dos varões para betão – Decisão que constata uma infração ao artigo 65.º CA, depois do fim da vigência do Tratado CECA, ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1/2003 – Fixação dos preços – Limitação e controlo da produção ou das vendas – Decisão tomada na sequência da anulação de decisões anteriores – Realização de uma nova audição na presença das autoridades da concorrência dos Estados Membros – Direitos de defesa – Princípio da boa administração – Prazo razoável – Dever de fundamentação

Auxílios de Estado

Acórdão do Tribunal de Justiça de 15 de dezembro de 2022, proferido no âmbito do Processo C-23/22; ECLI:EU:C:2022:994

Partes: Caxamar – Comércio e Indústria de Bacalhau, S.A./Autoridade Tributária e Aduaneira

Descritores: Reenvio prejudicial – Auxílios de Estado – Regulamento (UE) n.º 651/2014 – Isenção de certas categorias de auxílios compatíveis com o mercado interno – Orientações relativas aos auxílios estatais com finalidade regional – Âmbito de aplicação – Exclusões – Setor da pesca e da aquicultura – Setor da transformação e comercialização de produtos agrícolas – Conceito de “produtos agrícolas” – Regulamento (UE) n.º 1379/2013 – Organização comum dos mercados dos produtos da pesca e da aquicultura – Anexo I – Atividade de transformação de produtos da pesca e da aquicultura – Bacalhau salgado, congelado e demolido

Acórdão do Tribunal Geral de 21 de dezembro de 2022, proferido no âmbito do Processo T-702/21; ECLI:EU:T:2022:842

Partes: Ekobulkos/Comissão Europeia

Descritores: Auxílios de Estado – Produção de eletricidade a partir de fontes renováveis – Denúncia – Ação por omissão – Convite para agir – Admissibilidade – Obrigação de agir – Inexistência

Acórdão do Tribunal Geral de 21 de dezembro de 2022, proferido no âmbito do Processo T-525/21; ECLI:EU:T:2022:835

Partes: E. Breuninger GmbH & Co./Comissão Europeia

Descritores: Recurso de anulação – Auxílios de Estado - Regime-Quadro que visa instituir na Alemanha um regime federal de indemnização do prejuízo sofrido com as decisões de confinamento – Decisão de não levantar objeções – Medida destinada a reparar danos causados por calamidades naturais ou por outros acontecimentos extraordinários – Falta de interesse em agir – Inadmissibilidade

Acórdão do Tribunal Geral de 21 de dezembro de 2022, proferido no âmbito do Processo T-306/21; ECLI:EU:T:2022:834

Partes: Falke KGaA/Comissão Europeia

Descritores: Auxílios de Estado – Regime-Quadro destinado a conceder um apoio aos custos fixos não cobertos no contexto da pandemia de

COVID-19 na Alemanha – Decisão de não levantar objeções – Quadro temporário de auxílio estatal – Exame individual do regime de auxílios notificado – Medida destinada a sanar uma perturbação grave da economia de um Estado-Membro – Proporcionalidade

Acórdão do Tribunal Geral de 21 de dezembro de 2022, proferido no âmbito do Processo T-260/21; ECLI:EU:T:2022:833

Partes: E. Breuninger GmbH & Co/Comissão Europeia

Descritores: Auxílios de Estado – Regime-Quadro destinado a conceder um apoio aos custos fixos não cobertos no contexto da pandemia de COVID-19 na Alemanha – Decisão de não levantar objeções – Quadro temporário de auxílio estatal – Exame individual do regime de auxílios notificado – Medida destinada a sanar uma perturbação grave da economia de um Estado-Membro – Proporcionalidade

Acórdão do Tribunal de Justiça de 13 de outubro de 2022, proferido no âmbito do Processo C-437/21; ECLI:EU:C:2022:794

Partes: Liberty Lines SpA/Ministero delle Infrastrutture e dei Trasporti

Descritores: Reenvio prejudicial – Transportes – Regulamento (CEE) n.º 3577/92 – Artigos 1.º e 4.º – Regulamento (CE) n.º 1370/2007 – Artigo 1.º – Adjudicação por ajuste direto de contratos de serviço público – Serviços públicos de transporte marítimo rápido de passageiros – Equiparação a serviços de transporte ferroviário por mar

Acórdão do Tribunal de Justiça de 13 de outubro de 2022, proferido no âmbito do Processo C-164/21; ECLI:EU:C:2022:785

Partes: Baltijas Starptautiskā Akadēmija

Descritores: Reenvio prejudicial – Regulamento (UE) n.º 651/2014 – Artigo 2.º, ponto 83 – Remissão direta e incondicional para o direito da União – Admissibilidade das questões – Auxílios à investigação, ao desenvolvimento e à inovação – Conceito de “organismo de investigação e divulgação de conhecimentos” – Estabelecimento de ensino superior que exerce atividades económicas e não económicas – Determinação do objetivo principal

Acórdão do Tribunal Geral de 21 de dezembro de 2022, proferido no âmbito do Processo T-626/20; ECLI:EU:T:2022:853

Partes: Landwärme GmbH/Comissão Europeia

Descritores: Auxílios de Estado – Mercado do biogás – Isenções fiscais compensatórias dos sobrecustos de produção – Decisões de não suscitar objeções – Recurso de anulação – Interesse em agir – Admissibilidade – Não abertura do processo formal de investigação – Dificuldades sérias – Artigo 108.º, n.ºs 2 e 3 do TFUE – Artigo 4.º, n.ºs 3 e 4, do Regulamento (UE) 2015/1589 – Orientações relativas a auxílios estatais à proteção ambiental e à energia 2014-2020 – Acumulação de auxílios – Auxílios concedidos por vários Estados-Membros – Biogás importado – Princípio da não-discriminação – Artigo 110.º do TFUE

Acórdão do Tribunal de Justiça de 15 de dezembro de 2022, proferido no âmbito do Processo C-470/20; ECLI:EU:C:2022:981

Partes: AS Veejaam/AS Elering

Descritores: Reenvio prejudicial – Auxílios de Estado – Apoio às energias renováveis – Orientações relativas a auxílios estatais à proteção ambiental e à energia para o período 2014-2020 – Efeito de incentivo de um auxílio solicitado após o início dos trabalhos ligados ao projeto em questão – Artigo 108.º, n.º 3 do TFUE – Obrigação de notificação – Consequências da violação da obrigação de notificação

Acórdão do Tribunal de Justiça de 17 de novembro de 2022, proferido no âmbito do Processo C-331/20P; ECLI:EU:C:2022:885

Partes: Volotea SA/Comissão Europeia

Descritores: Recurso de decisão do Tribunal Geral – Auxílios de Estado – Artigo 107.º, n.º 1 do TFUE – Decisão da Comissão Europeia relativa às compensações aos aeroportos da Sardenha por obrigações de serviço público – Existência de auxílios de Estado ilegais e incompatíveis com o mercado interno, concedidos pela República Italiana a companhias aéreas por intermédio de operadores aeroportuários – Conceito de “auxílio de Estado” – Demonstração da existência de uma vantagem – Determinação do seu montante – Princípio do operador privado numa economia de mercado – Aplicabilidade e aplicação – Critério do adquirente privado de bens ou serviços – Requisitos – Ónus da prova

Acórdão do Tribunal Geral de 16 de novembro de 2022, proferido no âmbito do Processo T-469/20; ECLI:EU:T:2022:713

Partes: Reino dos Países Baixos/Comissão Europeia

Descritores: Auxílios de Estado – Lei neerlandesa que proíbe a utilização de carvão na produção de eletricidade – Encerramento antecipado de uma central elétrica a carvão – Atribuição de uma indemnização – Decisão de não levantar objeções – Decisão que declara a indemnização compatível com o mercado interno – Não qualificação expressa de “auxílio de Estado” – Recurso de anulação – Ato impugnável – Admissibilidade – Artigo 4.º, n.º 3, do Regulamento (UE) 2015/1589 – Segurança jurídica

Acórdão do Tribunal de Justiça de 10 de novembro de 2022, proferido no âmbito do Processo C-211/20P; ECLI:EU:C:2022:862

Partes: Comissão Europeia /Valencia Club de Fútbol SAD

Descritores: Recurso de decisão do Tribunal Geral – Auxílios de Estado – Aval público concedido por uma entidade pública – Empréstimos a favor de três clubes de futebol da Comunidade de Valência (Valencia CF, Hércules CF e Elche CF) – Decisão que declara os auxílios incompatíveis com o mercado interno – Anulação da decisão na parte em que diz respeito ao Valencia CF – Conceito de “vantagem” – Apreciação da existência de uma vantagem – Comunicação relativa às garantias – Interpretação – Dever de diligência que incumbe à Comissão Europeia – Ónus da prova – Desvirtuação

Acórdão do Tribunal de Justiça de 15 de setembro de 2022, proferido no âmbito do Processo C-705/20; ECLI:EU:C:2022:680

Partes: Fossil (Gibraltar) Ltd/Commissioner of Income Tax

Descritores: Reenvio prejudicial – Auxílios de Estado – Regime de auxílios aplicado pelo Governo de Gibraltar relativo ao imposto sobre as sociedades – Decisão (UE) 2019/700 – Não tributação dos rendimentos decorrentes de juros passivos e de royalties de propriedade intelectual – Decisão da Comissão Europeia que declara o regime de auxílios ilegal e incompatível com o mercado interno – Obrigação de recuperação – Alcance – Disposição nacional que não foi objeto da investigação realizada pela Comissão relativamente aos auxílios de Estado controvertidos – Dedução do imposto pago no estrangeiro com vista a evitar a dupla tributação

Acórdão do Tribunal de Justiça de 8 de setembro de 2022, proferido no âmbito do Processo C-614/20; ECLI:EU:C:2022:641

Partes: Lux Express Estonia AS/Majandus- ja Kommunikatsiooniministeerium

Descritores: Reenvio prejudicial – Regulamento (CE) n.º 1370/2007 – Serviços públicos de transporte ferroviário e rodoviário de passageiros – Regras gerais que impõem uma obrigação de transporte gratuito de determinadas categorias de passageiros – Obrigação da autoridade competente de conceder aos operadores uma compensação de serviço público – Método de cálculo

Acórdão do Tribunal Geral de 13 de julho de 2022, proferido no âmbito do Processo T-150/20; ECLI:EU:T:2022:443

Partes: Tartu Agro AS/Comissão Europeia

Descritores: Auxílios de Estado – Agricultura – Contrato de arrendamento de terrenos agrícolas na Estónia – Decisão que declara o auxílio incompatível com o mercado interno e ordena a sua recuperação – Vantagem – Determinação do preço de mercado – Princípio do operador privado – Apreciações económicas complexas – Fiscalização jurisdicional – Tomada em consideração de todos os elementos relevantes – Dever de diligência

Acórdão do Tribunal de Justiça de 8 de novembro de 2022, proferido no âmbito do Processo C-885/19P; ECLI:EU:C:2022:859

Partes: Fiat Chrysler Finance Europe/Irlanda

Descritores: Recurso de decisão do Tribunal Geral – Auxílios de Estado – Auxílio concedido pelo Grão-Ducado do Luxemburgo – Decisão que declara o auxílio incompatível com o mercado interno e ilegal e que ordena a sua recuperação – Decisão fiscal antecipada (tax ruling) – Vantagem – Natureza seletiva – Princípio de plena concorrência – Quadro de referência – Direito nacional aplicável – Tributação dita “normal”

Acórdão do Tribunal Geral de 19 de outubro de 2022, proferido no âmbito do Processo T-850/19; ECLI:EU:T:2022:638

Partes: República Helénica/Comissão Europeia

Descritores: Auxílios de Estado – Atividades relacionadas com a produção, a transformação e a comercialização de produtos agrícolas – Regimes de auxílios concedidos pela Grécia sob a forma de bonificações de juros e de garantias estatais sobre empréstimos existentes e novos empréstimos

para sanar danos causados por calamidades naturais ou por outros acontecimentos extraordinários – Decisão que declara os regimes de auxílios incompatíveis com o mercado interno e ilegais e ordena a recuperação dos auxílios pagos – Auxílio limitado a zonas geográficas sinistradas – Vantagem – Carácter seletivo – Princípio da boa administração – Duração do processo – Confiança legítima – Prazo de prescrição – Artigo 17.º do Regulamento (UE) 2015/1589

Acórdão do Tribunal Geral de 14 de setembro de 2022, proferido no âmbito do Processo T-603/19; ECLI:EU:T:2022:555

Partes: Helsingin Bussiliikenne Oy/Comissão Europeia

Descritores: Auxílios de Estado – Transporte de autocarro – Empréstimo para equipamento e empréstimos de tesouraria concedidos pelo município de Helsínquia – Decisão que declara o auxílio incompatível com o mercado interno e ordena a sua recuperação – Continuidade económica – Direitos processuais das partes interessadas – Artigo 6.º, n.º 1, do Regulamento (UE) 2015/1589 – Dever de fundamentação

Acórdão do Tribunal Geral de 7 de setembro de 2022, proferido no âmbito do Processo T-642/19; ECLI:EU:T:2022:503

Partes: JCDecaux Street Furniture Belgium/Comissão Europeia

Descritores: Auxílios de Estado – Auxílio concedido pela Bélgica à JCDecaux Street Furniture Belgium – Decisão que declara o auxílio incompatível com o mercado interno e que ordena a sua recuperação – Vantagem – Dever de fundamentação

Acórdão do Tribunal Geral de 30 de novembro de 2022, proferido no âmbito do Processo T-101/18; ECLI:EU:T:2022:728

Partes: República da Áustria/Comissão Europeia

Descritores: Auxílios de Estado – Indústria nuclear – Auxílio previsto pela Hungria para o desenvolvimento de dois novos reatores nucleares nas instalações da Paks – Decisão que declara o auxílio compatível com o mercado interno sob reserva da observância de determinados compromissos – Artigo 107.º, n.º 3, al. c) do TFUE – Compatibilidade do auxílio com o direito da União distinto do direito dos auxílios de Estado – Nexo indissociável – Promoção da energia nuclear – Artigo 192.º, primeiro parágrafo, do Tratado Euratom – Princípios da proteção ambiental, do poluidorpagador, da precaução e da durabilidade – Determinação da atividade económica

em causa – Deficiência do mercado – Distorção da concorrência – Proporcionalidade do auxílio – Necessidade de uma intervenção do Estado – Determinação dos elementos do auxílio – Procedimento de contratação pública – Dever de fundamentação

Controlo de Concentrações

Acórdão do Tribunal Geral de 13 de julho de 2022, proferido no âmbito do Processo T-227/21; ECLI:EU:T:2022:447

Partes: Illumina, Inc./Comissão Europeia

Descritores: Concorrência – Concentrações – Mercado da indústria farmacêutica – Artigo 22.º do Regulamento (CE) n.º 139/2004 – Pedido de remessa proveniente de uma autoridade da concorrência não competente, segundo a legislação nacional, para examinar a operação de concentração – Decisão da Comissão de examinar a operação de concentração – Decisões da Comissão de aceitar os pedidos de outras autoridades nacionais da concorrência para se associarem ao pedido de remessa – Competência da Comissão – Prazo de apresentação do pedido de remessa – Conceito de “dar conhecimento” – Prazo razoável – Confiança legítima – Declarações públicas da vicepresidente da Comissão – Segurança jurídica